



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº , DE 2016
(Do Senhor Pedro Vilela)

Requer, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública destinada a fazer um balanço dos doze anos da Missão de Paz e de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH), bem como discutir meios que possam viabilizar economicamente o Haiti para que a Missão da ONU possa entregar o controle do país aos próprios haitianos.

Senhor Presidente:

Requer, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública destinada a fazer um balanço dos doze anos da Missão de Paz e de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH) completados neste 1º de junho de 2016, bem como discutir meios que possam viabilizar economicamente o Haiti para que a Missão da ONU possa deixar o país sob o controle dos próprios haitianos. Para tanto, sugere-se convidar representantes das Nações Unidas, dos Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 1º de junho, o Brasil completa doze anos de presença militar à frente da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Por mandato da ONU, o país comanda tropas de 21 nações cuja atuação se destaca por uma postura humanista dos seus soldados que buscaram a aproximação com o povo haitiano, acostumado, até então, às sucessivas intervenções militares impostas ao país.

Em 30 de abril de 2004, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, por meio da Resolução 1542, autorizou a criação da MINUSTAH para restaurar a ordem no Haiti, após um período de insurgência e a deposição do então presidente Jean-Bertrand Aristide, com um efetivo de 6.700 militares.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Há doze anos, os objetivos da missão haviam sido definidos com prioridade para a estabilização do país, a saber: pacificação e desarmamento dos grupos guerrilheiros e rebeldes; promoção de eleições livres, transparentes e informadas; e estruturação do desenvolvimento institucional e econômico do Haiti, entre outros.

A missão aterrissou literalmente naquele país em 1º de junho de 2004 e era chefiada pelo diplomata tunisiano Hédi Annabi, que faleceu em 12 de janeiro de 2010, por ocasião do terremoto que vitimou mais de 300 mil pessoas. A tragédia acometeu o Haiti quando mudanças estruturais já eram percebidas.

Em outubro do mesmo ano, o Conselho de Segurança da ONU se viu obrigado a ampliar o mandato da MINUSTAH incluindo o aumento dos contingentes militar e policial.

Atualmente, Argentina, Benin, Bolívia, Brasil, Burkina Faso, Canadá, Camarões, Chade, China, Colômbia, Chile, Croácia, Equador, Espanha, El Salvador, Estados Unidos, França, Filipinas, Granada, Guiné, Guatemala, Índia, Iêmen, Jordânia, Madagascar, Marrocos, Maurício, Nepal, Níger, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Peru, Romênia, Rússia, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Sri Lanka, Uruguai, Vanuatu, contribuem com tropas e forças policiais no âmbito da referida missão. Nesse momento, a MINUSTAH conta com cerca de 7.980 militares, sendo 5.570 soldados e 2.410 agentes de polícia. Além deles, 365 civis estrangeiros, 1.239 haitianos, e 171 voluntários das Nações Unidas, integram a Missão.

Passados doze anos, é dever do Brasil refletir acerca da sua participação na MINUSTAH. Já tivemos neste período um êxodo de haitianos que cruzaram as nossas fronteiras para fugir do futuro incerto. Está claro que a Missão da ONU não logrou transformar o Haiti. As pessoas buscam a qualquer preço deixar o país em busca de empregos e segurança, principalmente.

Com o terremoto que destruiu o país em 2010 e desalojou mais de um milhão de pessoas, cerca de 900 haitianos chegaram a entrar ilegalmente no Brasil a cada mês durante mais de um ano. O Brasil adotou uma política de concessão de vistos para controlar o fluxo, mas o acesso deles aos serviços públicos de educação, saúde e emprego, acabou estimulando mais e mais vindas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Por outro lado, também verificamos o crescimento dos movimentos haitianos contrários à presença das tropas da ONU naquele país após 12 anos. Uma ampla mobilização será iniciada em julho e se estenderá até outubro com o objetivo de pressionar as Nações Unidas a encerrar o mandato da MINUSTAH. No Conselho de Segurança do organismo, afirma-se que o Haiti segue como uma ameaça à segurança hemisférica.

No ano passado, o governo brasileiro havia anunciado que as tropas do país deixariam o Haiti neste ano. Há rumores de que a ONU pretenda mesmo não renovar o mandato da MINUSTAH em outubro e o país está com uma eleição presidencial inconclusa. Trata-se de um cenário preocupante após anos de relativa estabilidade.

Diante da importância que se reveste o tema, proponho a realização de Audiência Pública, com a presença de representantes das Nações Unidas, por meio do seu Departamento de Missões de Paz, dos Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores, com o objetivo de fazermos um balanço desses doze anos da MINUSTAH, e ainda identificar alternativas para viabilizar economicamente o Haiti para que a Missão da ONU possa deixar o país sob o controle dos próprios haitianos.

Sala da Comissão, de junho de 2016.

Deputado **PEDRO VILELA**
PSDB/AL